



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**  
**PLANEJAMENTO SIRP Nº 346/2014**

**Tipo: MENOR PREÇO**

**OBJETO:** Registro de Preço para aquisição de WEBCAM, sob demanda, futura e eventual, para Órgãos e Entidades da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, mediante Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento equivalente, conforme especificações e condições previstas neste edital e seus anexos.

**NOTA:** Licitação com reserva de cota para ME e EPP

**RECIBO**

A Empresa \_\_\_\_\_ CNPJ nº.  
\_\_\_\_\_, retirou Edital de Pregão acima referenciado e deseja  
ser informada de quaisquer alterações, respostas a esclarecimentos e impugnações  
pelo e-mail: \_\_\_\_\_.  
\_\_\_\_\_, aos \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)

**OBS.: ESTE RECIBO DEVERÁ SER INTEGRALMENTE PREENCHIDO E  
REMETIDO AO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS –  
CSC/SEPLAG**

**PELO E-MAIL: [Luana.freitas@planejamento.mg.gov.br](mailto:Luana.freitas@planejamento.mg.gov.br)**

PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO  
NECESSÁRIO. O CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – CSC DA  
SEPLAG NÃO RESPONSABILIZA POR COMUNICAÇÕES À EMPRESA QUE  
NÃO ENCAMINHAR ESTE RECIBO OU PRESTAR INFORMAÇÕES  
INCORRETAS NO MESMO.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

## SUMÁRIO

1.	PREÂMBULO .....	3
2	- OBJETO .....	4
3	DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES .....	4
4	- DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO .....	7
5.	DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....	8
6.	DO CADASTRO .....	9
7.	DAS PROPOSTAS COMERCIAIS .....	11
8.	DA HABILITAÇÃO.....	12
9.	DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO .....	18
10.	DOS RECURSOS .....	22
11	- DO REGISTRO DO PREÇO E DA HOMOLOGAÇÃO .....	24
12	- DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	24
13	- A VIGÊNCIA DA ATA .....	25
14	- A ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO DA ATA .....	25
15	- DA CONTRATAÇÃO .....	25
16	- DO PAGAMENTO .....	26
17	- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	27
18	- DISPOSIÇÕES GERAIS.....	29
	ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.....	31
	ANEXO II - MODELO PROPOSTA COMERCIAL .....	42
	ANEXO III - MODELOS DE DECLARAÇÕES .....	45
	ANEXO IV - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	46
	ANEXO V - DA AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES .....	54
	ANEXO VI - MINUTA DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO .....	59
	ANEXO VII- MINUTA DE TERMO DE ADESÃO PARA EVENTUAIS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES .....	61



**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**  
**PLANEJAMENTO SIRP Nº 346/2014**

**Tipo: MENOR PREÇO**

**1. PREÂMBULO**

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio do CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – CSC da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, em sessão pública, através do site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br), visando o Registro de Preços para a aquisição de WEBCAM, com especificações contidas neste Edital e seus anexos, obedecendo às condições estatuídas neste Edital e reger-se-á pela legislação aplicável, em especial pela Lei Federal nº 10.520/2002 e pelo Decreto nº 3.555/2000, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº. 8.666/1993, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelas Leis Estaduais nº. 14.167/2002 - nº. 13.994/2001 - nº. 20.826/2013, pelos Decretos Estaduais nº. 44.786/2008 - nº. 45.902/2012 - nº. 44.630/2007 - nº. 37.924/1996 – nº 46.311/13 - nº 45.035/2009 - nº 46.552/2014 - nº 46.557/2014, pelas Resoluções Conjuntas SEPLAG / SEF nº 8.727/2012 - nº 8.898/2013 - nº 4.670/2014, pelas Resoluções SEPLAG nº. 58/2007 - nº. 09/2009 - nº. 13/2014 - nº. 60/2014, com suas alterações posteriores e pelas cláusulas e condições deste Edital e seus anexos, que dele constituem parte integrante e inseparável para todos os efeitos legais.

**1.1.** O pregão será realizado pelo (a) Pregoeiro (a) Luana Junqueira de Freitas, e Equipe de Apoio constituída pelos seguintes servidores: Adilson Pereira de Carvalho, Grace Martins Esteves, Juliano Alves de Lima e Wildes Geraldo Gonçalves Ozório, designados através da Resolução SEPLAG nº 12, de 25 de Fevereiro do ano de 2015.

**1.1.1.** Em caso de impossibilidade de comparecimento do (a) pregoeiro (a) indicado (a) no item anterior, atuará como seu substituto o pregoeiro Luiz Carlos Dias da Silva, com a devida autuação da justificativa no procedimento licitatório.

**1.2.** A abertura da sessão de pregão terá início no dia 30 de Março de 2015, às 10 horas, através do site <http://www.compras.mg.gov.br>



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**1.2.1.** Os horários estabelecidos neste Edital seguem o Horário Oficial de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

## **2 - OBJETO**

**2.1.** A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de WEBCAM, sob demanda, futura e eventual, para Órgãos e Entidades da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, mediante Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento equivalente, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I, parte integrante do presente Edital, e condições previstas neste edital e seus anexos.

**2.2.** Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.

## **3 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES**

**3.1.** O órgão gerenciador será o Centro de Serviços Compartilhados da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais.

**3.2.** Os órgãos e entidades da Administração Pública a seguir são participantes e integram todo o procedimento licitatório e a Ata de Registro de Preços:

- a)** Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais;
- b)** Departamento de Obras Públicas/MG;
- c)** Fundação Centro Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais;
- d)** Fundação Estadual do Meio Ambiente;
- e)** Fundação Ezequiel Dias;
- f)** Instituto Estadual de Florestas;
- g)** Instituto de Metrologia e Qualidade de Minas Gerais;
- h)** Instituto Mineiro de Gestão das Águas;
- i)** Polícia Cível do Estado de Minas Gerais;
- j)** Polícia Militar do Estado de Minas Gerais;
- k)** Secretaria de Estado de Fazenda;
- l)** Secretaria de Estado de Saúde;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**m) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;**

**3.2.1** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, que não tenha participado do certame licitatório, mediante consulta prévia para manifestação sobre a possibilidade de adesão e autorização do Órgão Gerenciador, inclusive quanto ao quantitativo, e submeter à anuência do fornecedor beneficiário, o qual deve optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e os órgãos participantes.

**3.2.1.1.** Outros entes da Administração Pública e entidades privadas poderão igualmente utilizar-se da ARP, como órgão ou entidade não participante, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas no item 3.2.1 e no Decreto 46311/13, aplicando-se, ao quantitativo de que trata o § 3º, o disposto na legislação federal pertinente.

**3.2.2.** A adesão deverá ser devidamente justificada no processo administrativo do órgão ou entidade não participante, pertinente à licitação, demonstrando a vantagem econômica na adesão à Ata, mencionando ainda a similitude de condições, tempestividade do prazo, suficiência das quantidades e qualidades dos bens a serem adquiridos, respeitando, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Estadual n.º 46.311/13, e na Lei n.º 8.666/93.

**3.2.3.** As adesões à ata de registro de preços são limitadas, ainda, em sua totalidade, a 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem, devendo o órgão gerenciador especificar o quantitativo que autoriza adesão, mantendo registro no procedimento licitatório.

**3.2.4.** Ao órgão ou entidade não participante que aderir à presente ata e ao órgão ou entidade partícipe competem, nos respectivos procedimentos instaurados, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando todas as ocorrências ao órgão gerenciador, em especial informar ao órgão gerenciador a eventual recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas no edital, firmadas na ARP, as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens licitados, bem como a recusa em receber a Autorização de Fornecimento e/ou Nota de Empenho para o fornecimento.

**3.2.5** As comunicações, informações e os termos de adesão realizados entre o órgão gerenciador e os órgãos participantes e não participantes serão formalizados, preferencialmente, em sistema informatizado, dispensando-se o encaminhamento de documento impresso ao órgão gerenciador.

**3.2.5.1.** Excepcionalmente, por motivos de inviabilidade tecnológica, o órgão gerenciador poderá dispensar a utilização de sistema informatizado no procedimento de registro de preços, mediante justificativa anotada nos autos do procedimento de compra.

**3.2.5.2** Na hipótese do item 3.2.5.1, as comunicações, informações e termos de adesão entre os órgãos gerenciador, participante e não participante poderão ser formalizados mediante correspondência eletrônica ou qualquer outro meio eficaz, que deverão ser autuados.

**3.2.6.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas ou redistribuídas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços, observada como limite máximo a quantidade total registrada para cada item.

**3.2.6.1.** Para o remanejamento de quantidades entre órgãos participantes do procedimento licitatório não será necessária autorização do beneficiário da Ata de Registro de Preços.

**3.2.6.2.** Caso o órgão gerenciador autorize o remanejamento de quantidades para órgãos não participantes estes deverão obter a anuência do beneficiário da ARP, nos termos do § 2º do art. 19.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**3.2.6.3.** O órgão gerenciador somente poderá reduzir o quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, com a sua anuência.

#### **4 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

- 4.1.** Os pedidos de esclarecimentos, referentes ao processo licitatório, poderão ser realizados por qualquer pessoa, inclusive licitante, e deverão ser enviados ao (a) Pregoeiro (a), até o 5º (quinto) dia após a publicação do aviso do Edital.
- 4.2.** Os pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, por escrito, por meio do e-mail: [Luana.freitas@planejamento.mg.gov.br](mailto:Luana.freitas@planejamento.mg.gov.br).
- 4.2.1.** Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone, fax e e-mail).
- 4.2.2.** Os esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro, por escrito, por meio de e-mail àqueles que enviaram integral e corretamente as solicitações de retirada do Edital.
- 4.3.** Qualquer pessoa, inclusive licitante, poderá impugnar os termos do presente Edital até o 5º (quinto) dia após a publicação do aviso do mesmo, cabendo ao (a) Pregoeiro (a) decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

O interessado deverá apresentar instrumento de impugnação dirigido (a) ao Pregoeiro (a), a ser protocolizado junto ao PROTOCOLO DO PRÉDIO GERAIS – Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4.001 – Edifício Gerais – 1º andar – Bairro Serra Verde – Belo Horizonte/MG – CEP 31.630-901 (a/c do (a) pregoeiro (a) LUANA JUNQUEIRA DE FREITAS, Estação G13 – 0673, SEPLAG/CSC/COMPRAS/CÉLULA 01), no horário de 08H00MIN (oito) às 17H00MIN (dezessete) horas, observado o prazo previsto no subitem **4.3** deste ato convocatório, fundamentando o alegado e, se for o caso, juntar as provas que se fizerem necessárias.

- 4.3.1.** Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados, na forma do item 4.4.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**4.4.** Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados pelo Pregoeiro no Portal de Compras por meio do endereço <http://www.compras.mg.gov.br>.

**4.4.1.** As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

**4.5.** Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**4.6** As denúncias, petições e impugnações anônimas não identificadas ou não fundamentadas serão arquivadas pela autoridade competente.

**4.7** A não-impugnação do edital, na forma e tempo definidos no subitem 4.3, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.

**4.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias consecutivos. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente neste Órgão.

## **5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**5.1.** Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital.

**5.1.1.** Apenas para o Lote 3, a participação na presente licitação será limitada a licitantes enquadrados como micro empresa ou empresa de pequeno porte, conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, no art. 17 da Lei Estadual nº 20.826, de 31 de julho de 2013, no art. 6º do Decreto nº 44.630/2007, de 03 de outubro de 2007 e suas alterações e o artigo 3º da Resolução SEPLAG nº 58/2007, de 30 de novembro de 2007.

**5.1.1.1.** Para fins de comprovação do porte do fornecedor deverá ser observado o disposto no item 6.4 deste edital.

**5.2.** Não poderão participar da presente licitação as empresas que:





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

- 5.2.1. Encontrarem-se em situação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no País;
- 5.2.2. Estiverem suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar com a Administração;
- 5.2.3. Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;
- 5.2.4. Possuam como diretores, responsáveis técnicos ou sócios, servidor, empregado ou ocupante de cargo comissionado do Governo do Estado de Minas Gerais ou que tenham tido vínculo há menos de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da publicação deste Edital;
- 5.2.5. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico comum;
- 5.2.6. Estiverem inclusos em uma das situações previstas no art.9º da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993;
- 5.3. É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.
- 5.4. Cada licitante apresentará uma só proposta de acordo com as exigências deste Edital.
- 5.5. O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.
- 5.6. A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital.

## 6. DO CADASTRO

- 6.1. Para acesso ao sistema eletrônico, o fornecedor deverá cadastrar-se, nos termos do Decreto 45.902/2012, por meio do *site* **[www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br)**, na opção ***Cadastro de Fornecedores***, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data da sessão do Pregão.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

- 6.1.1.** Cada fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo que o representante receberá uma senha eletrônica de acesso.
- 6.2.** O fornecimento da senha é de caráter pessoal e intransferível, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor e de cada representante qualquer transação efetuada, não podendo ser atribuídos ao provedor ou ao gestor do sistema eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que utilizada indevidamente por terceiros.
- 6.2.1.** O fornecedor se responsabiliza por todas as transações realizadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e os lances efetuados por seu representante, sendo que o cadastramento do representante do fornecedor implicará responsabilidade pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações, sob pena da aplicação de penalidades.
- 6.3.** Informações complementares a respeito do cadastramento serão obtidas no site **[www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br)** ou pela Central de Atendimento aos Fornecedores – LigMinas – telefone 155 (para Capital ou cidades do interior de Minas Gerais) ou (31) 3303 7995 (para outras localidades e celular).
- 6.4.** O fornecedor que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº. 123/06, disciplinados no Decreto Estadual nº. 44.630/07 e pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº. 8727/2012, deverá comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte no momento do seu cadastramento no Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEF, conforme item **6.1**, com a apresentação de:
- 6.4.1.** Caso inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte;
- 6.4.2.** Caso inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, a declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte;
- 6.4.3.** Na hipótese de o Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas não emitir o documento mencionado no item **6.4.2** deste artigo, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, deverá ser apresentada, perante o CAGEF, declaração de porte feita pelo representante da empresa, sob as penas da lei, mediante a comprovação dessa circunstância.



## 7. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

- 7.1.** O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) até a data e horário marcados para abertura da sessão, após o preenchimento do formulário eletrônico, com manifestação em campo próprio do Portal de Compras - MG de que tem pleno conhecimento e que atende às exigências de habilitação e demais condições da proposta comercial previstas no Edital e seus anexos.
- 7.1.1.** Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte apresente restrições na documentação relativa à comprovação de regularidade fiscal deverá declarar, no campo próprio do Portal de Compras - MG, que atende às demais exigências da habilitação.
- 7.2.** Todas as condições estabelecidas serão tacitamente aceitas pelo proponente no ato do envio de sua proposta comercial.
- 7.3.** O prazo de validade da proposta será de 60 dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 7.3.1.** Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 7.4.** As propostas deverão apresentar preço unitário e global, por lote, sendo vedada imposição de condições ou opções, somente admitidas propostas que ofereçam apenas um preço, bem como apresentar marca e modelo sob pena de desclassificação.
- 7.4.1.** O preço global proposto deverá atender à totalidade da quantidade exigida, por lote, não sendo aceitas aquelas que contemplem apenas parte do objeto.
- 7.4.2.** Na proposta de cada fornecedor participante, deverão ser informados elementos mínimos para perfeita identificação do produto ofertado, no tocante a marca e o modelo, em campo próprio do Sistema. No caso de pregões eletrônicos quando do preenchimento da proposta no portal de compras pelo fornecedor, no campo marca deve ser informado o nome do fabricante do objeto. No campo modelo deve ser informado o código do mesmo.
- 7.4.3.** Referências genéricas que possam comprometer a perfeita identificação do produto ofertado, notadamente a falta de delimitação precisa da marca e do modelo, implicarão a desclassificação da proposta.
- 7.5.** Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, financeiros e trabalhistas, taxas, frete até o destino e quaisquer



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente do fornecedor.

**7.6.** Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

**7.7.** Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais ficam isentos do ICMS, conforme dispõe o Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002, e suas alterações posteriores.

**7.7.1.** Os fornecedores mineiros deverão informar em suas propostas comerciais as informações relativas ao preço do produto e ao preço resultante da dedução do ICMS.

**7.7.2.** A classificação das propostas, etapa de lances e o julgamento dos preços, a adjudicação e a homologação serão **realizados a partir dos preços dos quais foram deduzidos os valores relativos ao ICMS.**

**7.7.3.** O disposto nos subitens **7.7.1** e **7.7.2** não se aplicam aos contribuintes mineiros enquadrados como pequena empresa optantes pelo regime do Simples Nacional, que deverão apresentar em suas propostas apenas os preços com ICMS.

**7.7.4.** As pequenas empresas mineiras não optantes pelo Simples Nacional farão suas propostas conforme o disposto nos itens **7.7.1** e **7.7.2.**

**7.7.5.** As pequenas empresas mineiras de que trata o item **7.7.4**, deverão anexar suas propostas comerciais a ficha de inscrição estadual na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o pregoeiro, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.

**7.7.6.** O fornecedor mineiro, caso seja vencedor, deverá enviar juntamente com os documentos de habilitação, sua proposta comercial assinada e atualizada com os valores finais ofertados durante a sessão deste Pregão, informando na proposta, além do preço resultante da dedução do ICMS, o preço com ICMS.

**7.8.** O licitante declarado vencedor deverá enviar, juntamente com os documentos de habilitação, a proposta comercial adequada aos valores finais ofertados durante a sessão do pregão.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

Para fins de contratação, será exigida do licitante a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**8.1. REGULARIDADE JURÍDICA:**

**8.1.1.** Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas das propostas comerciais, das declarações constantes no Anexo III deste Edital.

**8.1.1.1.** Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável(is) pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.

**8.1.2.** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

**8.1.3.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias ou cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

**8.1.4.** Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

**8.1.5.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**8.1.6.** Documentação que comprove o enquadramento do fornecedor como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do Decreto nº 44.630, de 03 de outubro de 2007, ou certificado da condição de microempreendedor individual;

**8.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**8.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;

**8.2.2.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

**8.2.3.** Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante, e Fazenda Estadual do Estado de Minas Gerais;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**8.2.3.1.** A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

**8.2.4.** Se o fornecedor não estiver inscrito no cadastro de contribuintes do Estado de Minas Gerais deverá comprovar a inexistência de débitos relativos a tributos estaduais em Minas Gerais por meio de Certidão de Débito Tributário – CDT, que poderá ser solicitada pelo site [www.fazenda.mg.gov.br](http://www.fazenda.mg.gov.br).

**8.2.5.** Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

**8.2.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa nos termos da Lei nº 12.440/2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.2.7.** A comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

**8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**8.3.1.** Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 06 (seis) meses;

**8.3.2.** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação de proposta, pela variação do IGP-DI (índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV) ocorrida no período, ou de outro indicador que o venha substituir, comprovando que a licitante possui boa situação financeira, avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um) inteiro.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

- 8.3.2.1.** Entende-se por apresentados na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, devidamente datadas e assinadas pelo responsável da empresa, e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- 8.3.2.2.** O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão ser apresentados em cópia autenticadas das folhas do livro diário onde os mesmos se encontram transcritos, acompanhados de cópia autenticadas dos termos de abertura e encerramento dos respectivos livros, ou por publicações em jornais de grande circulação ou diário oficial, quando se trata de Sociedade Anônima.
- 8.3.2.3.** As pessoas jurídicas obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital – ECD, bem como as sociedades empresárias que facultativamente aderiram ao sistema, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1420/2013, poderão apresentar a ECD para os fins previstos no item 8.3.2 do edital, desde que a documentação contábil corresponda, necessariamente, ao exercício anterior à licitação.
- 8.3.2.4.** A composição da boa situação financeira da empresa será verificada por meio do cálculo do índice contábil da empresa a ser entregue, considerando-se habilitadas as licitantes que apresentarem os Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores ou iguais a 01 (um), extraídos das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} LG &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ SG &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ LC &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \end{aligned}$$

- 8.3.3.** Comprovação, através de balanço patrimonial registrado na Junta Comercial ou cartório competente, de possuir até a data de apresentação das propostas, patrimônio líquido equivalente a 2% (dois por cento) do preço total da proposta apresentada, admitida a sua atualização para essa data, através de índices oficiais. A licitante deverá apresentar memória de cálculo devidamente assinada por contador, que deverá indicar o nº de registro no Conselho Regional de Contabilidade e o índice aplicado para a atualização.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**8.3.4.** No caso de o fornecedor apresentar resultado inferior a 1 (um), em qualquer um dos índices apresentados no item 8.3.2.4, o mesmo deverá apresentar comprovação de Capital Social integralizado ou o valor do patrimônio líquido mínimo de 5% sobre o valor do lance vencedor.

**8.3.5.** No caso de pequenas empresas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresa de Pequeno Porte - Simples Nacional, o balanço patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do Último Exercício;

**8.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**8.4.1.** Comprovação de fornecimento de equipamento compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, estabelecidas no Anexo I, através da apresentação de atestado(s) de desempenho anterior, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deverá (ão) conter:

**8.4.1.1.** Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, fax);

**8.4.1.2.** Local e data de emissão

**8.4.1.3.** Nome, cargo, telefone, fax, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;

**8.4.1.4.** Período de fornecimento;

**8.4.2.** Comprovação de capacidade de fornecimento de 10% (dez por cento) ou mais da quantidade apresentada no Anexo I deste Edital.

**8.4.3.** Para atendimento do quantitativo indicado no item é admitido o somatório de atestados, desde que compatíveis com as características do objeto da licitação.

**8.5. DECLARAÇÕES:**

**8.5.1.** Declaração de que o licitante não é declarado inidôneo para licitar e contratar com o Poder Público ou suspenso do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública. Conforme modelo contido no Anexo III deste Edital.

**8.5.2.** Declaração de que o licitante não possui, em seu quadro, trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e que em nenhuma hipótese emprega trabalhadores menores de 16 anos,





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

salvo na condição de aprendiz, na forma da lei. Conforme modelo contido no Anexo III deste Edital.

**8.6. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:**

**8.6.1.** O licitante que possuir o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Unidade Cadastradora da Secretária de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá apresentá-lo como substituto de documento dele constante, exigido para este certame, desde que este esteja com a validade em vigor no CRC. Caso o documento constante no CRC esteja com a validade expirada, tal não poderá ser utilizado, devendo ser apresentado documento novo com a validade em vigor.

**8.6.1.1.** Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do CRC, mesmo que estejam com a validade expirada.

**8.6.2** Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

**8.6.2.1.** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o licitante será inabilitado.

**8.6.3.** Todos os documentos apresentados para habilitação deverão conter, de forma impressa, preferencialmente, o nome empresarial, o endereço e o CNPJ do fornecedor.

**8.6.3.1.** Se o fornecedor figurar como estabelecimento matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, tenham que ser emitidos, obrigatoriamente, em nome da matriz.

**8.6.4.** O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante vencedor.

**8.6.5.** Às microempresas e às empresas de pequeno porte será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, para regularização da documentação fiscal e/ou trabalhista, contado a partir do momento em que o licitante for declarado o vencedor;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**8.6.5.1** O prazo previsto no item 8.6.5 poderá ser prorrogado por igual período, se requerido pelo licitante e expressamente autorizado pela Administração.

**8.6.5.2** A não regularização da documentação, no prazo deste item implicará a inabilitação do licitante vencedor.

## **9. DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO**

**9.1** No horário indicado no Preâmbulo deste Edital o Pregoeiro iniciará a sessão pública do pregão eletrônico com a análise das propostas comerciais.

**9.1.1.** As propostas comerciais serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo, observado o item 2.2 deste edital.

### **9.2 DOS LANCES:**

**9.2.1.** O pregoeiro divulgará através do Portal de Compras - MG, o resultado da análise de propostas e convidará os licitantes a apresentarem lances por meio do sistema eletrônico, observado o horário estabelecido e as regras de aceitação dos mesmos.

**9.2.2.** Durante o transcurso da sessão pública, serão divulgados, em tempo real, o valor e horário do menor lance apresentado pelos licitantes bem como todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, sendo vedada a identificação do fornecedor.

**9.2.3.** Durante toda a sessão de lances, o sistema permitirá que o licitante cubra o seu próprio lance e não obrigatoriamente o de menor valor da sessão. Neste caso, será considerado como lance vencedor do lote apenas o de menor valor.

**9.2.4.** Serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, desde que sejam de fornecedores diferentes. Neste caso, a ordem de classificação seguirá a ordem cronológica de recebimento dos lances, segundo apurado pelo sistema do Portal de Compras.

**9.2.5.** Caso o proponente não realize lances, será considerado o valor da proposta comercial apresentada, para efeito da classificação final.

**9.2.6.** No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**9.2.6.1.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa. A sessão terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

**9.2.7.** O encerramento da fase de lances será por decisão do pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de cinco até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrado o recebimento de lances.

**9.2.8.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

### **9.3. DO JULGAMENTO**

**9.3.1.** O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO OFERTADO POR LOTE**, obtido de acordo com o Anexo II.

**9.3.2.** Será desclassificada a proposta cujo preço unitário do item no lote estiver acima do custo unitário do item relacionado na planilha de referência da Administração.

**9.3.3.** Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da melhor oferta, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

**9.3.4.** Caso não sejam realizados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado da contratação.

**9.3.5.** Caso haja apenas uma proposta, esta será aceita desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação.

**9.3.6.** Após a aceitação do menor valor ofertado, e visando a conclusão acerca da aceitabilidade da proposta, a sessão será suspensa para que o fornecedor detentor da melhor oferta possa apresentar, em **até 7 (sete) dias** após a suspensão, o produto ofertado para realização de Teste de Conformidade, conforme procedimentos descritos no item 5 do Anexo I deste Edital.

**9.3.6.1.** O fornecedor que deixar de apresentar o equipamento ofertado para realização de Teste de Conformidade, conforme procedimentos nos termos aqui apresentados terá sua proposta desclassificada.

**9.3.6.2.** O prazo para conclusão do Teste de Conformidade é de **5 (cinco)**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**dias úteis**, a contar do término do prazo para entrega do produto, mediante expedição nota técnica pelo órgão gestor.

- 9.3.6.3.** A sessão do pregão será retomada **3 (três) dias úteis**, a contar do término do prazo para conclusão do Teste de Conformidade.
- 9.3.6.4.** Caso os equipamentos ofertados não atendam às especificações exigidas neste edital, o fornecedor detentor da melhor oferta terá sua proposta desclassificada, sendo convocado o fornecedor subsequente, que tiver ofertado menor preço, para realizar os procedimentos relativos à aceitabilidade da proposta nos termos deste subitem 9.3.6, e assim sucessivamente, até a validação de um produto que atenda os requisitos exigidos.
- 9.3.7.** Sendo aprovado o equipamento ofertado, e aceita a oferta de menor preço, o sistema identificará o licitante detentor da melhor oferta que deverá comprovar no prazo de até 60 (sessenta) minutos, sua habilitação mediante encaminhamento da documentação discriminada no item de habilitação e da proposta comercial atualizada com os valores obtidos no pregão, através de fax - (31)3915-5124 ou e-mail informados pelo pregoeiro.
- 9.3.8.** Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender às exigências fixadas neste Edital ou apresentar preços manifestamente inexequíveis.
- 9.3.8.1.** Caso o pregoeiro entenda que o preço é inexequível, deverá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço.
- 9.3.8.2** Para demonstração da exequibilidade do preço ofertado, serão admitidos:
- 9.3.8.2.1.** Planilha de custos elaborada pelo licitante;
- 9.3.8.2.2.** Documento que comprove contratação em andamento com preços semelhantes;
- 9.3.8.3.** Verificada a inexequibilidade do preço, o pregoeiro poderá convocar os licitantes detentores das ofertas imediatamente superiores, na ordem de classificação, para apresentação da documentação e proposta comercial.
- 9.3.9.** Se a melhor proposta ou lance não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação, para exame de seus documentos de habilitação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**9.3.10.** Para os lotes 1 e 2, os quais não há participação exclusiva de ME e EPP, após a apuração da melhor proposta válida, observada a classificação das propostas até o momento, será assegurado às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte o direito de preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

**9.3.10.1.** O pregoeiro convocará a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte detentora da melhor proposta dentre aquelas que estejam na situação de empate, ou seja, cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) em relação ao valor apresentado pelo proponente vencedor, para que apresente novo lance, inferior, ao melhor lance, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

**9.3.10.2.** Realizado novo lance, nos termos do subitem anterior, o pregoeiro examinará a aceitabilidade deste, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

**9.3.10.3.** Sendo aceitável a nova oferta de preço, a confirmação das condições habilitatórias da Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte obedecerá ao procedimento previsto nos subitens 8.6.5.1 e 8.6.5.2 no item 8.6.5.

**9.3.10.3.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a devida e necessária regularização.

**9.3.10.3.2.** A não regularização da documentação, no prazo deste item, implicará a decadência do direito à contratação.

**9.3.10.3.3.** Se houver a necessidade de abertura do prazo para a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte regularizar sua documentação fiscal, o pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote específico e registrar no “*chat*” que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) para a retomada da sessão de pregão do lote em referência.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

- 9.3.10.4.** Se a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte não apresentar proposta de preços ou não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro convocará as pequenas empresas remanescentes que estiverem na situação de empate prevista no subitem 9.3.10.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 9.3.10.5.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- 9.3.10.6.** Caso não haja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte dentro da situação de empate ou não ocorra a apresentação de novo lance ou não sejam atendidas as exigências documentais de habilitação, será declarado vencedor o licitante originalmente detentor da melhor oferta.
- 9.3.10.7.** O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por Microempresa ou por Empresa de Pequeno Porte.
- 9.3.11.** Após a aplicação do critério de desempate, se houver o pregoeiro poderá negociar com o autor da melhor oferta com vistas à redução do preço;
- 9.3.12.** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o (a) pregoeiro (a) declarará o licitante vencedor que deverá encaminhar a documentação de habilitação original, ou cópia autenticada, e a proposta comercial no prazo máximo de 02 (dois) dias, para o seguinte endereço: PROTOCOLO DO PRÉDIO GERAIS – Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4.001 – Edifício Gerais – 1º andar – Bairro Serra Verde – Belo Horizonte/MG – CEP 31.630-901 (a/c do (a) pregoeiro (a) LUANA JUNQUEIRA DE FREITAS, Estação G13 – 0673, SEPLAG/CSC/COMPRAS/CÉLULA 01).
- 9.3.13.** Verificada a regularidade da documentação o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor.
- 9.3.14.** O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, disponível para consulta no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br).

## **10. DOS RECURSOS**

- 10.1** Declarado o vencedor ou fracassado o lote, os licitantes poderão em até 10 (dez) minutos, manifestar motivadamente, por meio eletrônico em campo próprio a intenção de recorrer.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

- 10.2** Para fins de juízo de admissibilidade do recurso, o pregoeiro poderá não conhecer do recurso caso verifique ausentes quaisquer pressupostos processuais, como sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, vedado exame prévio da questão relacionada ao mérito do recurso.
- 10.3** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de recorrer dos licitantes importará decadência do direito de recurso.
- 10.4** Admitido o recurso será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de suas razões, através do sistema eletrônico.
- 10.5** Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.
- 10.6** Todos os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação da intenção do licitante durante a sessão pública, e o encaminhamento das razões do recurso e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em formulários próprios, nos termos do art.13, inc. XLI, do Decreto 44786/2008.
- 10.7** A apresentação de documentos complementares, devidamente identificados, relativos aos recursos interpostos ou contrarrazões, se houver, será efetuada, mediante documento protocolizado junto ao PROTOCOLO DO PRÉDIO GERAIS – Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4.001 – Edifício Gerais – 1º andar – Bairro Serra Verde – Belo Horizonte/MG – CEP 31.630-901 (a/c do (a) pregoeiro (a) LUANA JUNQUEIRA DE FREITAS, Estação G13 – 0673, SEPLAG/CSC/COMPRAS/CÉLULA 01), no horário de 08H00MIN (oito horas) às 17H00MIN (dezessete horas), observados os prazos previstos no item 10.4.
- 10.8** Os recursos e contrarrazões de recurso devem ser endereçados ao pregoeiro, que poderá, motivadamente:
- 10.8.1** Reconsiderar a decisão;
- 10.8.2** Manter a decisão, encaminhando o recurso para a autoridade competente, conforme Inciso III do art. 8º do Decreto nº. 44.786/2008;
- 10.8.3** Inadmitir o recurso exclusivamente por falta de pressupostos processuais recursais de existência ou de validade e de desenvolvimento, observado item 10.2.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**10.9** O recurso contra a decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.

**10.10** Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do encerramento do prazo para apresentação de contrarrazões.

**10.11** As decisões de eventuais recursos serão divulgadas mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

## **11 - DO REGISTRO DO PREÇO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**11.1** O Pregoeiro registrará o preço do licitante vencedor quando inexistir recurso ou quando reconsiderar sua decisão, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

**11.2** Decididos os recursos porventura interpostos e, constatada a regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente, esta registrará o preço do licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

## **12 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**12.1.** Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, procederem à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

**12.1.1.** As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços na Ata, desde que manifestem esta intenção ao final da sessão lances e desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

**12.1.1.1.** As licitantes classificadas que manifestarem a intenção de registrar preços na Ata terão sua proposta e documentação de habilitação analisadas e deverão encaminhar amostra do equipamento ofertado, conforme disposto no subitem 9.3.6, e item 8, ambos do edital.

**12.1.2.** O registro de preços em Ata estará condicionado à análise de aceitabilidade da proposta e dos documentos de habilitação bem como à aprovação do teste de conformidade do equipamento ofertado.

**12.2.** O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

- 12.3.** A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a Ata dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei, nos termos do art. 81 da Lei 8666/93.
- 12.4.** É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 12.5.** Desde que atendidos os pressupostos dos artigos 11 e 12 do Decreto Estadual nº 46.311/13, serão registrados em ata os preços e quantitativos dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante mais bem classificado; segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.
- 12.6.** No momento da assinatura da Ata a Administração verificará se os licitantes mantêm as mesmas condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas durante toda a vigência da Ata.
- 12.7.** Constatada a irregularidade no CAGEF, ou quando o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, ou em qualquer outra hipótese de cancelamento do registro prevista nos artigos 27 e 28 do Decreto nº 46.311/13, a SES/MG poderá a Administração convocar o licitante subsequente na ordem de classificação para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente.

### **13 - A VIGÊNCIA DA ATA**

- 13.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de (12) doze meses, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, não podendo ser prorrogada.

### **14 - A ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO DA ATA**

- 14.1.** A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto nº 46.311/13.
- 14.2.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da possibilidade de alterações dos contratos eventualmente firmados.

### **15 - DA CONTRATAÇÃO**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**15.1.** Publicada a ata, o ajuste com o fornecedor vencedor será firmado através de Autorização de Fornecimento e/ou Nota de Empenho, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93 e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto n.º 46.311/13.

**15.1.1.** O licitante vencedor deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação no ato de recebimento ou retirada da Autorização de Fornecimento e/ou Nota de Empenho.

**15.1.2.** Caso o licitante vencedor não apresente situação regular no ato de recebimento ou retirada da Autorização de Fornecimento e/ou Nota de Empenho, ou recuse-se a receber a Autorização de Fornecimento e/ou Nota de Empenho, será cancelada a ata e convocados os fornecedores registrados com base nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual 46.311/13 e, não os havendo, os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, conforme item 12.7.

**15.1.3.** Na hipótese de convocação dos licitantes remanescentes no pregão, o licitante deverá manter sua última proposta registrada, podendo negociar este preço, não havendo necessidade de cobrir o preço da proposta mais vantajosa, conforme disposto no art. 18, §2º do Decreto nº. 44.786/2008 e desde que os valores sejam compatíveis com os preços praticados no mercado e no mapa comparativo.

**15.2.** O recebimento ou retirada da Nota de Empenho pelo fornecedor deverá ser realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação do interessado, configurando-se este ato como aceite e confirmação dos compromissos contidos na proposta vencedora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir todas as condições previstas no edital e seus anexos, independentemente de transcrições na nota de empenho.

**15.3.** Qualquer solicitação de prorrogação do prazo estabelecido no subitem 15.2 somente será analisada se apresentada antes do decurso do referido prazo, desde que devidamente fundamentada.

**15.4.** Na hipótese de a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, quando os lotes forem compostos nos termos do inciso I do § 1º do art. 8º do Decreto Estadual 44.630/07, a contratação do item dar-se-á pelo menor preço obtido.

## **16 - DO PAGAMENTO**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**16.1.** O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela Administração.

**16.1.1.** O Órgão Público receberá o DANFE juntamente com a mercadoria e deverá realizar a verificação da validade da assinatura digital e a autenticidade do arquivo digital da NF-e (o destinatário tem à disposição o aplicativo “visualizador”, desenvolvido pela Receita Federal do Brasil) e a concessão da Autorização de Uso da NF-e, mediante consulta eletrônica à Secretaria da Fazenda o Portal Nacional da NF-e.

**16.1.2.** O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo gestor e pelo fiscal do contrato.

**16.1.3.** As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo CONTRATANTE.

**16.1.4.** Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

**16.2.** Informações complementares e orientações operacionais a respeito do faturamento eletrônico serão fornecidas pela Central de Atendimento aos Fornecedores – LigMinas – telefone 155 (para Capital ou cidades do interior de Minas Gerais) ou (31) 3303 7995 (para outras localidades e celular).

## **17- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1.** A recusa do adjudicatário em assinar a Ata, dentro do prazo estabelecido pela Administração, bem como a recusa em receber ou retirar a Autorização de Fornecimento e/ou Nota de Empenho caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções:

**17.1.1.** Advertência por escrito;

**17.1.2.** Multa, conforme os limites máximos estabelecidos pelo Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

- 17.1.2.1.** 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
- 17.1.2.2.** 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- 17.1.3.** Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a dois anos.
- 17.1.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes de sua ação ou omissão, obedecido o disposto no inciso II do art. 54 do Decreto Estadual 45.902/2012.
- 17.2.** São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:
  - 17.2.1.** Não atendimento às especificações técnicas previstas no termo de referência ou instrumento equivalente;
  - 17.2.2.** Retardamento imotivado de fornecimento de bens;
  - 17.2.3.** Paralisação de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;
  - 17.2.4.** Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso ou em desconformidade com a referência técnica, como se verdadeira ou perfeita fosse;
  - 17.2.5.** Alteração de qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
- 17.3.** A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item 17.1.1, 17.1.3 e 17.1.4.
- 17.4.** As sanções relacionadas nos itens 17.1.3 e 17.1.4 também poderão ser aplicadas àquele que:
  - 17.4.1.** Deixar de apresentar documentação exigida para o certame;
  - 17.4.2.** Apresentar declaração ou documentação falsa;
  - 17.4.3.** Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
  - 17.4.4.** Não manter a proposta;
  - 17.4.5.** Falhar ou fraudar a execução do futuro contrato;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**17.4.6. Cometer fraude fiscal.**

**17.5.** A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei Estadual nº. 14.184/2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012.

**18 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1.** Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

**18.2.** É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

**18.3.** É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

**18.4.** O pregoeiro no julgamento das propostas e da habilitação poderá relevar omissões puramente formais e sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**18.5.** É vedado ao fornecedor subcontratar partes ou a totalidade do objeto deste pregão.

**18.6** O fornecedor será constantemente avaliado em termos de sua(s) entrega(s) por procedimentos e critérios definidos no ANEXO V deste Edital, conforme disposto na Resolução SEPLAG nº 13/2014.

**18.7.** A presente licitação somente poderá ser revogada por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**18.8.** Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus anexos no site: [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br). Ou Centro de Serviços Compartilhados – CSC, mediante quitação do DAE referente às cópias, em horário comercial, situada na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves – Rodovia prefeito Américo Gianetti, nº4.001, 13º Andar, Célula 01, Prédio Gerais, Serra Verde, Belo Horizonte –MG, CEP 31.630-901.

**18.9.** Este Edital possui 61 páginas numeradas, sendo:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

- 18.9.1.** Sumário do Edital: (pág. 2)
- 18.9.2.** Normas da Licitação: (pág. 3)
- 18.9.3.** ANEXO I – Termo de Referência: (pag. 31)
- 18.9.4.** ANEXO II – Proposta Comercial: (pág. 42)
- 18.9.5.** ANEXO III- Modelos de Declarações: (pág. 45)
- 18.9.6.** ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro de Preços: (pág. 46)
- 18.9.7.** ANEXO V – Avaliação de Desempenho do Fornecedor: (pág. 54)
- 18.9.8 -** ANEXO VI - Minuta da Autorização de Fornecimento (pág. 59)
- 18.9.9** ANEXO VII – Minuta Termo Adesão (pág. 61).

Belo Horizonte, 13 de Março de 2015.

---

**CYNTIA BOTELHO VALLE**  
GESTORA DO NÚCLEO DE COMPRAS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. - DO OBJETO**

Registro de Preço para aquisição de WEBCAM, sob demanda, futura e eventual, para Órgãos e Entidades da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, mediante Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento equivalente, conforme especificações e condições previstas neste edital e seus anexos.

**2 - DA JUSTIFICATIVA**

A aquisição de webcams, conforme descrito nesse termo de referência, é um modo de comunicação interativo entre duas ou mais pessoas separadas fisicamente, que permite em tempo real a transmissão de vídeo e áudio. A solução possibilitará a realização de reuniões com pessoas em diversos locais, permitindo uma maior agilidade na tomada de decisões estratégicas, acarretando economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, além de auxiliar na comunicação entre entidades relacionadas com o governo do Estado de Minas Gerais.

**3– LOTE EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, DE 07 DE AGOSTO DE 2014).**

✓ LOTE 3

**3.1 - CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO**

Os equipamentos a serem adquiridos serão divididos em 3 (**três**) **LOTES**, ficando as empresas Proponentes Vencedoras responsáveis por atender às unidades dos Órgãos/Entidades situadas em todo território do Estado de Minas Gerais, de acordo com os endereços fornecidos pelos órgãos descrito na Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento equivalente.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

LOTE 01			
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. ITEM MATERIA L	QUANT.
1	<ul style="list-style-type: none"><li>• WEBCAM - CONEXAO: MINIMA USB 2.0 (FULL SPEED AND HIGH SPEED);</li><li>• IMAGEM: COLORIDA;</li><li>• LENTES: AUTO-FOCO;</li><li>•CAPTURA IMAGEM ESTATICA: RESOLUCAO MINIMA DE 3.0 MEGAPIXELS;</li><li>• CAPTURA VÍDEO;</li><li>•RESOL.MINIMA(1280X720)S/INTERPOLACAO,MINIMO 30FPS;</li><li>•CAPTURA VIDEO AO VIVO(1): RESOL.MINIMA(1280X720)S/INTERPOLACAO,MINIMO 30FPS;</li><li>• WEBCAM COMPATIVEL COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 7 E 8 (32/64 BITS)OU SUPERIOR,LINUX(ALFERES VERSAO MIN.6.0.3-BASE UBUNTU OU DEBIAN);</li><li>• CAPTURA DE VIDEO E VIDEOCHAMADA EM CORES DE 1280X720 PIXELS OU SUPERIOR,SEM INTERPOLACAO, MINIMO 30FPS;</li><li>• ZOOM MINIMO DE 2X; MICROFONE INTEGRADO;</li><li>• BASE AJUSTAVEL PARA ENCAIXA EM MONITORES E NOTEBOOK;</li><li>• CABO USB MEDINDO NO MINIMO 1,5M;</li><li>• ALIMENTACAO PORTA USB.</li></ul>	142210-3	1.992





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

LOTE 02			
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. ITEM MATERIAL	QUANT.
1	<ul style="list-style-type: none"><li>• WEBCAM - CONEXAO: MINIMA USB 2.0;</li><li>• IMAGEM: COLORIDA;</li><li>• LENTES: COM SISTEMA DE FOCAGEM FIXO OU AUTOMATICO;</li><li>• CAPTURA IMAGEM ESTATICA: FOTOS COM RESOLUCAO MINIMA DE 3.0 MEGAPIXEL;</li><li>• CAPTURA VIDEO: RESOLUCAO MINIMA(640X480), MINIMO 15FPS;</li><li>• CAPTURA VIDEO AO VIVO(1): RESOLUCAO MINIMA(640X480), MINIMO 15FPS</li><li>• WEBCAM COMPATIVEL COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS (32/64 BITS) 7, 8 OU SUPERIOR, LINUX (ALFERES VERSAO MINIMA 6.0.3 - BASE UBUNTU OU DEBIAN);</li><li>• CAPTURA DE VIDEO E VIDEO CHAMADAS EM CORES(640X480 PIXELS)OU SUPERIOR, SEM INTERPOLACAO,MINIMO 30 FPS;</li><li>• ZOOM MINIMO DE 2X;MICROFONE INTEGRADO;</li><li>• BASE AJUSTAVEL PARA ENCAIXE EM MONITORES E NOTEBOOKS; CABO USB MEDINDO NO MINIMO 1,5M;</li><li>• ALIMENTACAO PORTA USB.</li></ul>	142211-1	909



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

LOTE 03			
Reservado para competição exclusiva de Micro e Pequenas Empresas			
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. ITEM MATERIAL	QUANT.
1	<ul style="list-style-type: none"><li>• WEBCAM - CONEXAO: MINIMA USB 2.0;</li><li>• IMAGEM: COLORIDA;</li><li>• LENTES: COM SISTEMA DE FOCAGEM FIXO OU AUTOMATICO;</li><li>• CAPTURA IMAGEM ESTATICA: FOTOS COM RESOLUCAO MINIMA DE 3.0 MEGAPIXEL;</li><li>• CAPTURA VIDEO: RESOLUCAO MINIMA(640X480), MINIMO 15FPS;</li><li>• CAPTURA VIDEO AO VIVO(1): RESOLUCAO MINIMA(640X480), MINIMO 15FPS</li><li>• WEBCAM COMPATIVEL COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS (32/64 BITS) 7, 8 OU SUPERIOR, LINUX (ALFERES VERSAO MINIMA 6.0.3 - BASE UBUNTU OU DEBIAN);</li><li>• CAPTURA DE VIDEO E VIDEO CHAMADAS EM CORES(640X480 PIXELS)OU SUPERIOR, SEM INTERPOLACAO,MINIMO 30 FPS;</li><li>• ZOOM MINIMO DE 2X;MICROFONE INTEGRADO;</li><li>• BASE AJUSTAVEL PARA ENCAIXE EM MONITORES E NOTEBOOKS; CABO USB MEDINDO NO MINIMO 1,5M;</li><li>• ALIMENTACAO PORTA USB.</li></ul>	142211-1	301



#### **4 - CONDIÇÕES DE ENTREGA**

- 4.1.** Os equipamentos deverão ser entregues em estrita conformidade com as descrições feitas neste Anexo I que integram este edital.
- 4.2.** Os equipamentos deverão ser novos e sem uso, não podendo estar fora de linha de produção do fabricante na data de realização da licitação, bem como na data de entrega do produto junto à entidade demandante. Não serão aceitos equipamentos usados, remanufaturados ou de demonstração. Todos os equipamentos deverão ser entregues com o lacre do fabricante intacto e sem avarias, caso contrário o produto deverá ser recusado.
- 4.3.** O aceite do bem somente será dado após comprovação da entrega e o efetivo cumprimento de todas as exigências da presente especificação técnica.

#### **5 - DO TESTE DE CONFORMIDADE PELO ÓRGÃO GESTOR**

- 5.1.** No prazo de **até 7 (sete) dias** após a suspensão da sessão de lances, conforme estabelecido no subitem 9.3.6 do edital, o fornecedor detentor da melhor oferta deverá encaminhar amostra do equipamento ofertado por lote, devidamente identificada, para realização de Teste de Conformidade e Desempenho visando à averiguação do atendimento às especificações técnicas indicadas neste Anexo I - Item 3.1 - Especificações Técnicas do Objeto.
- 5.2.** Os equipamentos que serão objetos do Teste de Conformidade e Desempenho deverão ser entregues no seguinte endereço: PROTOCOLO DO PRÉDIO GERAIS – Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4.001 – Ed. Gerais – 1º andar – Bairro Serra Verde – Belo Horizonte/MG – CEP 31.630-901 (a/c da pregoeira LUANA JUNQUEIRA DE FREITAS, Estação G13 – 0673, SEPLAG/CSC/COMPRAS/CÉLULA 01), acompanhados dos respectivos manuais impressos e possíveis softwares necessários para a solução.
- 5.3.** Após a entrega dos equipamentos, verificação da integridade e realização do Teste de Conformidade e Desempenho, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos do edital e da proposta vencedora, será efetivada a conformidade nos testes mediante expedição de nota técnica pela comissão avaliadora no prazo máximo de 05 dias úteis.
- 5.4.** A verificação de compatibilidade com Linux será realizada pelo Centro de Tecnologia em Sistemas da Polícia Militar de Minas Gerais e o aceite



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

definitivo de conformidade fica condicionado ao aceite formal expedido pelo órgão citado.

**5.4.1.** O equipamento, mesmo entregue e aceito, fica sujeito à substituição, desde que comprovada a pré-existência de defeitos, má-fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte bem como alterações da estabilidade dentro do prazo de validade que comprometam a integridade do objeto licitado.

## **6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO:**

**6.1.** Não será admitida a entrega de produtos pelo fornecedor sem que esta esteja de posse da Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou outro instrumento similar respectivo e devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal/Fatura).

**6.1.1.** Os produtos fornecidos devem corresponder às especificações e quantitativos constantes da Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho de despesa ou outro instrumento similar;

**6.2.** De posse dos documentos que devem acompanhar os produtos, objeto da licitação, serão os mesmos recebidos provisoriamente pelo servidor da Administração ou comissão responsável, mediante termo circunstanciado, para posterior verificação de especificações, da qualidade, da quantidade, dos prazos, dos preços e de outros dados pertinentes;

**6.2.1.** Quando do recebimento, o servidor da Administração ou comissão responsável, verificará se foram atendidas todas as exigências legais pertinentes e todas as observações específicas do edital.

**6.2.2.** Aprovando os produtos recebidos, após as verificações necessárias, o servidor ou comissão responsável, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados de sua efetiva entrega, receberá os produtos em caráter definitivo, mediante recibo, o qual ratificará o termo circunstanciado de recebimento provisório, podendo, entretanto, retificá-lo nos itens necessários;

**6.2.3.** Encontrando irregularidades, o servidor ou comissão responsável, no mesmo período de tempo estabelecido na cláusula 6.2.2, fixará prazo para o FORNECEDOR promover as correções necessárias, sob pena de serem os produtos rejeitados e devolvidos, no estado em que se encontrarem;

**6.2.4.** Na hipótese de irregularidades em relação aos produtos fornecidos,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

a Administração somente os receberá em caráter definitivo, mediante termo circunstanciado, após as correções promovidas pelo FORNECEDOR e após a reverificação realizada pela Administração, por intermédio quer do servidor encarregado, quer da comissão responsável;

## **7 - PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ATA**

- 7.1.** A Administração, através de quem designar, terá amplos poderes para acompanhar, inspecionar, fiscalizar e exercer controle sobre as obrigações assumidas pelo fornecedor.

## **8 - DEMAIS CONDIÇÕES PARA O FORNECIMENTO DOS PRODUTOS**

- 8.1.** A Administração não está obrigada a adquirir uma quantidade mínima dos produtos, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição.
- 8.2.** Os quantitativos solicitados são estimados e representam as previsões dos Órgãos para as compras durante o prazo de 12 (doze) meses.
- 8.3.** O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados pelos Órgãos Participantes durante a vigência desta Ata.

## **9 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

- 9.1.** O(s) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços obrigam-se-á a:

**9.1.1.** Entregar os equipamentos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida na Ata de Registro de Preços.

**9.1.2.** Entregar os equipamentos com as respectivas mídias e licenças de uso no prazo estipulado neste Anexo I, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento ou Nota de Empenho.

**9.1.3.** Entregar os equipamentos nos locais indicados pelo Órgão Demandante.

**9.1.4.** Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste Anexo I.

**9.1.5.** Substituir, em até 15(quinze) dias, e sem ônus para o Órgão/Entidade, os equipamentos devolvidos em razão de divergências entre o equipamento entregue e as especificações contidas neste Anexo I, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**9.1.6.** Fornecer juntamente com a entrega do bem toda a sua documentação fiscal e técnica e seu respectivo termo de garantia;

**9.1.7.** Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do objeto a si adjudicado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;

**9.1.8.** Apresentar, durante todo o prazo de vigência da Ata, a medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novos documentos que comprovem as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

**9.1.9.** Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os fornecimentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;

**9.1.10.** Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Órgão Demandante, referentes à forma de fornecimento dos equipamentos e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;

**9.1.11.** Responsabilizar-se pela assistência técnica do bem e sua manutenção gratuita durante o período de garantia, ainda que a referida assistência técnica e manutenção sejam prestadas por outra empresa, conforme declarado na proposta do fornecedor;

**9.1.12.** Prestar garantia e assistência técnica gratuita durante todo o prazo de garantia apresentado na proposta, conforme condições estipuladas neste Anexo I, parte integrante do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PLANEJAMENTO DE nº. 346/2014.

**9.1.13.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão Demandante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento e da garantia.

**9.1.14.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

**9.1.15.** Comunicar imediatamente ao Órgão Demandante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**9.1.16.** Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Estado de Minas Gerais ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no presente Contrato.

**9.1.17.** Guardar em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer motivo venham a tomar conhecimento em razão dos seus serviços, o mais completo e absoluto sigilo, sob pena de responsabilidade civil e criminal por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização.

**9.1.18.** Responsabilizar-se por todos os danos ou prejuízos que vier a causar ao órgão/Entidade ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações legais a que estiver sujeita.

**9.2.** O Órgão ou Entidade obrigará-se-á:

**9.2.1.** Instruir seus servidores a respeito das disposições presentes na Ata de Registro de Preços;

**9.2.2.** Conferir o produto entregue pelo fornecedor, notificando-o para solução de eventuais irregularidades;

**9.2.3.** Promover o recebimento provisório e o definitivo do produto;

**9.2.4.** Zelar pelo bom uso e armazenamento do produto;

**9.2.5.** Assegurar acesso ao pessoal do fornecedor para a entrega do produto;

**9.2.6.** Efetuar o pagamento pelo fornecimento dos produtos, conforme previsto no item 8 deste Anexo I.

**10. CONDIÇÕES DE ENTREGA:**

**10.1** Os produtos devem ser entregues conforme indicado no Anexo I em embalagens de forma a proteger e a identificar o conteúdo; em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, quando necessário.

**10.2** Mediante a apresentação dos documentos necessários, os produtos poderão ser recebidos provisoriamente pela comissão responsável ou servidor para posterior verificação de especificações, qualidade, quantidade, marca/modelo, prazos, preços e demais dados pertinentes, devendo este ser assinado pelas partes.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**10.3** No caso de defeitos ou imperfeições nos produtos, os mesmos serão recusados, cabendo ao FORNECEDOR substituí-los, no prazo determinado, sob pena de aplicação das penalidades e sanções previstas neste instrumento.

**10.4** Os produtos deverão ser substituídos por outros de mesmas características, inclusive quanto ao prazo de validade indicado na Proposta Comercial.

**10.5** Ainda, se encontradas irregularidades, será fixado o prazo de 03 (três) dias para o FORNECEDOR promover as correções necessárias, sob pena de os produtos serem recusados e devolvidos, nas condições do momento.

**10.6** Após inspeção e aprovação, em um prazo máximo de 03 (três) dias contados a partir da entrega, os produtos serão recebidos em caráter definitivo, mediante recibo apostado na Nota Fiscal, podendo, entretanto, adequá-lo nos itens necessários.

**10.7** Na hipótese de irregularidades, o recebimento definitivo somente se procederá após as correções promovidas pelo FORNECEDOR e após a reverificação realizada pelo órgão adquirente.

**10.8** Em caso de irregularidade não sanada pelo FORNECEDOR, a Administração, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.

**11. PRAZO DE ENTREGA:**

**11.1** Até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Órgão/Entidade, sem prejuízo do necessário agendamento prévio.

**12 - LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:**

**12.1** Os equipamentos deverão ser entregues nos locais indicados pelos órgãos participantes, localizados dentro dos limites territoriais de Minas Gerais, no horário compreendido entre as 08h00min e as 17h00min de segunda a sexta-feira.

**12.2** O endereço completo e o horário para entrega estarão discriminados na Autorização de Fornecimento, na Nota de Empenho ou documento emitido pelo órgão.

**12.3** Todo processo de envio deverá ser por conta do fornecedor, sem nenhum ônus para o Órgão Demandante.

**13. DA GARANTIA**





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

- 13.1.** A garantia de funcionamento será de no mínimo 12 meses, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante. A licitante deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante, quando houver.
- 13.2.** A garantia será do tipo BALCÃO e contemplará manutenção e troca de componentes em caso de defeitos, além de suporte técnico quanto à configuração e solução de problemas envolvendo os equipamentos contratados, bem como a atualização dos softwares de operação instalados nos equipamentos fornecidos, provendo o fornecimento de novas versões quando da necessidade de correção de problemas/bugs em alguma das funcionalidades exigidas.
- 13.3.** Não constituem perda da vigência da Garantia a conexão ou instalação, nos equipamentos, de produtos de hardware, externos ou internos, e/ou de software de outros fornecedores ou fabricantes, desde que tal iniciativa não implique na inoperância do equipamento.

#### **14. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

- 14.1.** A assistência técnica dos equipamentos será gratuita durante o período de garantia e utilizará apenas peças e componentes originais, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pela Contratante. Será de responsabilidade do fornecedor, inclusive no tocante aos custos, e será prestada, durante todo o prazo de garantia dos equipamentos, pela rede autorizada pelo fabricante do produto ou por empresa que comprove capacidade técnica para tal execução mediante documentação.
- 14.2.** O suporte de serviços compreenderá a prestação de manutenção técnica em garantia e de suporte técnico quanto ao uso de recursos do equipamento e quanto à solução de problemas.
- 14.3.** O fornecedor deverá substituir definitivamente o equipamento por outro idêntico ou superior ao original, novo, sem ônus para a Contratante, caso os vícios constatados não sejam sanados no período de até 15 (quinze) dias contados da entrega do produto na assistência técnica definida pelo Fornecedor.
- 14.4.** Os custos de envio e transporte dos equipamentos para assistência técnica devem ser cobertos em sua totalidade pelo fornecedor. O transporte do bem desde o envio do equipamento para a assistência técnica até a entrega deverá ser realizado sem Ônus para o órgão demandante.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**ANEXO II - MODELO PROPOSTA COMERCIAL**

**PROPOSTA COMERCIAL PARA O PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**

**PLANEJAMENTO SIRO Nº 346/2014**

(preenchida em papel timbrado da proponente)

**Objeto:** Registro de Preço para aquisição de WEBCAM, sob demanda, futura e eventual, para Órgãos e Entidades da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, mediante Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento equivalente, conforme especificações e condições previstas neste edital e seus anexos.

<b>Dados</b>	<b>Preenchimento pelo proponente</b>
<b>Nome empresarial</b>	
<b>CNPJ</b>	
<b>Inscrição Estadual</b>	
<b>Endereço</b>	
<b>Telefone/Fax</b>	
<b>Nome do Representante Legal</b>	
<b>Identidade e CPF do Representante Legal</b>	
<b>Prazo de Validade da Proposta</b>	

Declaro estar de acordo com todas as normas do Edital e seus anexos e que nos preços propostos encontram-se incluídos todos custos e despesas para o fornecimento do objeto, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais/trabalhistas, seguros, frete, carga e descarga até o destino, garantia e outras despesas de qualquer natureza que se façam indispensáveis ao fornecimento integral do objeto da presente licitação.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**PLANILHA DE PREÇOS**

**LOTE 1**

ITEM	CÓD .	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)		PREÇO TOTAL (R\$)	
				COM ICMS	SEM ICMS	COM ICMS	SEM ICMS
01	1422 10-3	WEBCAM - CONEXAO: MINIMA USB 2.0 (FULL SPEED AND HIGH SPEED), conforme especificação técnica do item 1.1 do Anexo I do Edital.	1.992				

**PLANILHA DE PREÇOS**

**LOTE 2**

ITEM	CÓD .	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)		PREÇO TOTAL (R\$)	
				COM ICMS	SEM ICMS	COM ICMS	SEM ICMS
01	1422 11-1	WEBCAM - CONEXAO: MINIMA USB 2.0 (FULL SPEED AND HIGH SPEED), conforme especificação técnica do item 1.1 do Anexo I do Edital.	909				

**PLANILHA DE PREÇOS**

**LOTE 3**

(Reservado para competição exclusiva de Micro e Pequenas Empresas)

ITEM	CÓD .	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)		PREÇO TOTAL (R\$)	
				COM ICMS	SEM ICMS	COM ICMS	SEM ICMS
01	1422 11-1	WEBCAM - CONEXAO:	301				



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

		MINIMA USB 2.0 (FULL SPEED AND HIGH SPEED), conforme especificação técnica do item 1.1 do Anexo I do Edital.					
--	--	--	--	--	--	--	--

**DATA:**

**ASSIANTURA E CARIMBO DO REPRESENTANTE LEGAL:**



### ANEXO III - MODELOS DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

#### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A \_\_\_\_\_, CNPJ nº. \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data e local.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

#### DECLARAÇÃO DE MENORES

A \_\_\_\_\_, CNPJ nº. \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, a inexistência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei.

Data e local.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa



## **ANEXO IV - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 346/2014**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 346/2014**

**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

Aos **XX** dias do mês de **XXXX** de **XXXX**, o ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio do (**NOME DO ÓRGÃO GESTOR**), com sede no **XXXX**, inscrito no CNPJ sob o nº **XXXX**, neste ato representado por (**NOME DA AUTORIDADE E CARGO**), nomeado pela Portaria nº **XXXX**, de **XX/XX/XXXX**, publicada em **XX/XX/XXXX**, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº **XXXX**, de **XX/XX/XXXX**, publicada em **XX/XX/XXXX**;

Nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014; Lei Estadual nº. 14.167, de 10 de janeiro de 2002; Lei Estadual nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001; Lei Estadual 20.826, de 31 de julho de 2013; pelos Decretos Estaduais nº. 44.786, de 19 de abril de 2008; nº. 46.311, de 16 de setembro de 2013; nº. 45.902 de 27 de janeiro de 2012; nº. 44.630, de 03 de outubro de 2007; nº. 37.924, de 16 de maio de 1996; nº 45.035, de 02 de fevereiro de 2009; n.º 46.552, de 30 de junho de 2014; n.º 46.557, de 11 de julho de 2014; pelas Resoluções Conjuntas SEPLAG / SEF nº 8.727 de 21 de setembro 2012; nº 8.898 de 14 de junho 2013; n.º 4.670, de 5 de junho de 2014; pela Resolução SEPLAG nº. 058, de 30 de novembro de 2007, com suas alterações posteriores, Resolução SEPLAG nº 009, de 16 de fevereiro de 2009; Resolução SEPLAG n.º 13, de 07 de fevereiro de 2014; Resolução SEPLAG n.º 60, de 25 de julho de 2014 com suas alterações posteriores e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº XXXX/XXXX**, conforme Ata publicada em **XX/XX/XXXX** e homologada pelo **XXXX**;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXX**, com sede na **XXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXX**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXX**, portador (a) da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXX**, cuja proposta foi classificada em **XX** lugar no certame.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** - O objeto desta Ata é o registro de preços para eventual aquisição de **WEBCAM** visando atender às necessidades dos órgãos participantes especificados na Cláusula Segunda desta Ata, mediante Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento equivalente, conforme **condições** previstas no Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 346/2014 e seus anexos, de acordo com as especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

LOTE 1					
ITEM	CÓD. ITEM MATERIAL	DESCRIÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES	MARCA/ FABRICANTE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO
01	142210-3	WEBCAM - CONEXAO: MINIMA USB 2.0 (FULL SPEED AND HIGH SPEED DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I.		1.992	

LOTE 2					
ITEM	CÓD. ITEM MATERIAL	DESCRIÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES	MARCA/ FABRICANTE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO
01	142211-1	WEBCAM - CONEXAO: MINIMA USB 2.0 DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I.		909	



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

LOTE 3 RESERVADO ME/EPP					
ITEM	CÓD. ITEM MATERIAL	DESCRIÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES	MARCA/ FABRICANTE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO
01	142211-1	WEBCAM - CONEXAO: MINIMA USB 2.0 DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I.		301	

VALOR TOTAL DA ATA	R\$
--------------------	-----

**1.2** - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não estando obrigada a adquirir uma quantidade mínima, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**1.3** - Os quantitativos solicitados são estimados e representam as previsões dos Órgãos para as compras durante o prazo de 12 (doze) meses.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

**2.1.** São participantes os seguintes órgãos:

- a) Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais;
- b) Departamento de Obras Públicas/MG;
- c) Fundação Centro Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais;
- d) Fundação Estadual do Meio Ambiente;
- e) Fundação Ezequiel Dias;
- f) Instituto Estadual de Florestas;
- g) Instituto de Metrologia e Qualidade de Minas Gerais;
- h) Instituto Mineiro de Gestão das Águas;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

- i) Polícia Civil do Estado de Minas Gerais;
- j) Polícia Militar do Estado de Minas Gerais;
- k) Secretaria de Estado de Fazenda;
- l) Secretaria de Estado de Saúde;
- m) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

**2.2.** Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Estadual nº 46.311/13 e na Lei nº 8.666/93.

**2.3.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.4.** As adesões à ata de registro de preços são limitadas, ainda, em sua totalidade, a 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

**2.5.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não-participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.

**3.2** O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

**3.3.** O ajuste com o beneficiário será firmado através de Autorização de Fornecimento e/ou Nota de Empenho, consoante dispõe o § 4º do art. 62, da Lei n.º. 8.666/93.

**3.3.1.** As autorizações de Fornecimento e/ou Notas de Empenho decorrentes dessa Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do inciso II, do art. 14, do Decreto Estadual 46.311, de 16 de setembro de 2013.



#### **CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**4.2.** Os preços registrados poderão ser revistos, em decorrência de eventual variação daqueles praticados no mercado, ou de fato que altere o custo bens registrados, conforme dispõe os termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**4.3.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

**4.3.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

**4.3.2.** Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;

**4.3.3.** Convocar os licitantes detentores de registros adicionais de preços e, na recusa desses ou concomitantemente, os licitantes remanescentes do procedimento licitatório, visando a igual oportunidade de negociação, observada a ordem de registro e classificação.

**4.4.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**4.4.1.** Negociar os preços;

**4.4.2.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso frustrada a negociação, sem que lhe seja aplicada a penalidade, quando a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento e for confirmada a veracidade dos motivos devidamente comprovados; ou

**4.4.3.** Convocar os licitantes detentores de registros adicionais de preços e, na recusa desses ou concomitantemente, os licitantes remanescentes do procedimento licitatório, visando a igual oportunidade de negociação, observada a ordem de registro e classificação.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**4.5.** A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.

**4.6.** É vedado ao contratado interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeito às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.

**4.7.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial da União, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do inciso III do §1º do art. 15 do Decreto Estadual n.º 46.311/13.

**4.8.** É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.

**4.9.** Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

### **CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

**5.1.** O fornecedor terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, quando:

**5.1.1.** Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**5.1.2.** Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**5.1.3.** O beneficiário não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**5.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

**5.2.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**5.2.1.** Por razões de interesse público;

**5.2.2.** A pedido do fornecedor, com a devida autorização da Administração.

**5.3.** Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

### **CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES**

**6.1.** A contratação com o fornecedor registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente ata e será formalizada mediante (a) emissão de nota de empenho de despesa; ou (b) autorização de compra; conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Estadual nº 46.311/13.

**6.2.** O órgão convocará o fornecedor com preço registrado em Ata para, a cada aquisição, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a efetuar a retirada da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento, ou instrumento equivalente; ou, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

**6.3.** Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

**6.4.** Previamente à formalização de cada aquisição, o Órgão realizará consulta ao SICAF, CAFIMP e CAGEF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**7.1** - Integram esta Ata, as propostas vencedoras dos fornecedores < inserir o nome do 1º Fornecedor > e < inserir o nome do 2º Fornecedor >, bem como o edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 346/2014 e seus anexos independente de transcrição.

**7.2** - Cabe ao CSC – Centro de Serviços Compartilhados gerar o extrato e solicitar a publicação da Ata no Minas Gerais, conforme Decreto Estadual nº 46552/14

**7.3** - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à presente Ata de Registro de Preços.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**7.4** – Os autos relativos ao procedimento licitatório poderão ser consultados, a qualquer momento, no Núcleo de Compras do Centro de Serviços Compartilhados – CSC da SEPLAG, localizado na Cidade Administrativa Tancredo Neves – Secretaria de Estado de Fazenda – Edifício Gerais – 13º andar - Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4001 - Bairro Serra Verde - CEP: 31.630-901 - Belo Horizonte/MG.

**CLÁUSULA OITAVA - DO FORO**

**8.1** - Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte,        de                      de 2015.

---

Representante do Órgão Gestor

---

Representante da Empresa



## **ANEXO V - DA AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES**

### **1. DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO FORNECEDOR**

A CONTRATADA estará sujeita à avaliação de seu desempenho na execução do objeto quanto aos critérios de prazo, quantidade, qualidade e documentação, nos termos da Resolução SEPLAG nº 13/2014.

#### **1.1. Critério Prazo**

O critério Prazo avalia o cumprimento das datas previamente definidas na Autorização de Fornecimento e respectivos agendamentos para a entrega do(s) objeto(s) e possui a pontuação assim distribuída, de acordo com o desempenho da CONTRATADA:

- a) 30 (trinta) pontos, se a entrega for realizada na data agendada e conforme prazo previsto na Autorização de Fornecimento;
- b) 28 (vinte e oito) pontos, se a entrega for realizada em desacordo com a data agendada, mas ainda conforme prazo previsto na Autorização de Fornecimento;
- c) 22 (vinte e dois) pontos, se a entrega for realizada com atraso de até 15 (quinze) dias, contados a partir do término do prazo previsto na Autorização de Fornecimento;
- d) 10 (dez) pontos, se a entrega for realizada com atraso de 16 (dezesesseis) a 30 (trinta) dias, contados a partir do término do prazo previsto na Autorização de Fornecimento; ou
- e) 0 (zero) ponto, se a entrega for realizada com atraso superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do término do prazo previsto na Autorização de Fornecimento.

I- Na hipótese de reagendamento da data da entrega por solicitação da CONTRATADA, esta será pontuada com a totalidade dos pontos, caso o reagendamento ocorra antes da data anteriormente agendada e a entrega seja realizada:

- a) conforme nova data agendada; e
- b) dentro do prazo limite previsto na autorização de fornecimento.

II - Na hipótese do não cumprimento da data agendada e/ou o prazo limite previsto na Autorização de Fornecimento, por caso fortuito ou força maior, a



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

CONTRATADA poderá apresentar justificativa para o atraso na entrega, que será analisada pelo responsável pelo recebimento, podendo ser aceita ou não.

III - Na hipótese de a justificativa mencionada no inciso anterior ser aceita pelo responsável pelo recebimento, a CONTRATADA será pontuada com a totalidade dos pontos.

IV – O reagendamento da entrega após o prazo máximo de entrega definido na Autorização de Fornecimento não afasta a sujeição da CONTRATADA à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

V – Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a CONTRATANTE reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

### **1.2. Critério Quantidade**

O critério Quantidade avalia o cumprimento da entrega do(s) objeto(s) relativamente à quantidade definida na Autorização de Fornecimento e possui a pontuação assim distribuída de acordo com o desempenho da CONTRATADA:

- a) 30 (trinta) pontos, se a quantidade recebida for igual à quantidade solicitada;
- b) 28 (vinte e oito) pontos, se a quantidade recebida for maior que a quantidade solicitada;
- c) 22 (vinte e dois) pontos, se a quantidade recebida for maior ou igual a 75% (setenta e cinco por cento) e menor que 100% (cem por cento) da quantidade solicitada;
- d) 10 (dez) pontos, se a quantidade recebida for maior ou igual a 50% (cinquenta por cento) e menor que 75% (setenta e cinco por cento) da quantidade solicitada; ou
- e) 0 (zero) ponto, se a quantidade recebida for inferior a 50% (cinquenta por cento) da quantidade solicitada.

I – A CONTRATADA é obrigada a entregar o quantitativo total solicitado, devendo ser aceito quantitativo menor apenas em hipóteses excepcionais, devidamente justificadas e em função do atendimento ao interesse público.

II – A aceitação de quantitativo menor que o estabelecido em Autorização de Fornecimento não afasta a sujeição da CONTRATADA à aplicação de sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

III – Se houver recusa do recebimento em virtude de desconformidade entre o quantitativo de materiais entregues e a quantidade estabelecida na Autorização de Fornecimento (AF), essa será registrada em eventual entrega posterior, referente à mesma autorização de fornecimento, na qual o fornecedor terá prejuízo em sua nota.

IV - Na hipótese do não cumprimento do quantitativo previsto na Autorização de Fornecimento, por caso fortuito ou força maior, a CONTRATADA poderá apresentar justificativa para o atraso na entrega, que será analisada pelo responsável pelo recebimento, podendo ser aceita ou não.

V - Na hipótese de a justificativa mencionada no inciso anterior ser aceita pelo responsável pelo recebimento, a CONTRATADA será pontuada com a totalidade dos pontos.

### **1.3. Critério Qualidade**

O critério Qualidade avalia o cumprimento da entrega do(s) objeto(s) relativamente às exigências de especificação técnica, e possui a pontuação assim distribuída de acordo com o desempenho da CONTRATADA:

- a) 30 (trinta) pontos, se a qualidade for aprovada;
- b) 22,5 (vinte e dois vírgula cinco) pontos, se a qualidade for aprovada com ressalva de baixa criticidade; ou
- c) 10 (dez) pontos, se a qualidade for aprovada com ressalva de alta criticidade.
- d) 0 (zero) pontos, se houver desconformidade total entre os materiais recebidos e a especificação técnica exigida.

I - As ressalvas referidas nas alíneas “b” e “c” deste subitem 1.3 não deverão comprometer a qualidade exigida nem a utilidade do material.

II – Se houver recusa do recebimento em virtude de desconformidade entre os materiais recebidos e a especificação técnica exigida, esta será registrada em eventual entrega posterior, referente à mesma Autorização de Fornecimento.

III – Na hipótese do inciso anterior, a CONTRATADA receberá a pontuação 0 (zero) nesse critério.

### **1.4. Critério Documentação**

O critério Documentação avalia o cumprimento da entrega do(s) objeto(s) relativamente à regularidade da Nota Fiscal, e possui a pontuação assim distribuída de acordo com o desempenho da CONTRATADA:





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

- a) 10 (dez) pontos, se a Nota Fiscal tiver a sua validade atestada;
- b) 0 (zero) ponto, se a Nota Fiscal apresentar irregularidade(s) que impeçam o ateste de sua validade.

I - Para atestar a validade da Nota Fiscal, deverá ser verificada a conformidade dos seguintes itens:

- a) Dados do órgão/entidade que realizou a compra;
- b) Valores unitários e totais;
- c) Descrição do produto em conformidade com o item de material solicitado e com o material entregue;
- d) Quantidade constante na nota em conformidade com a quantidade solicitada;
- e) Inexistência de rasuras; e
- f) Outros elementos solicitados pelo órgão ou entidade no instrumento convocatório.

## **2. DO INDICADOR DE DESEMPENHO DO FORNECEDOR**

Os registros de desempenho da CONTRATADA conforme os critérios do item 1 deste Anexo V, serão a base para o cálculo do seu respectivo indicador de desempenho.

I - O indicador de desempenho da CONTRATADA poderá ser apresentado nas seguintes formas:

- a) Indicador de Desempenho do Fornecedor por Entrega (IDF-E): será calculado para um determinado item da Autorização de Fornecimento, a partir da soma das pontuações atribuídas em cada critério de avaliação;
- b) Indicador de Desempenho do Fornecedor por Autorização de Fornecimento (IDF-AF): será calculado a partir da média aritmética simples dos IDF-E, no âmbito de uma mesma autorização de fornecimento;
- c) Indicador de Desempenho do Fornecedor por Contratação (IDF-C): será calculado a partir da média aritmética simples dos IDF-AF, no âmbito desta contratação.



### **3. DAS AÇÕES QUE PODERÃO SER TOMADAS EM RELAÇÃO AO DESEMPENHO DA CONTRATADA**

I - Conforme resultado obtido no Indicador de Desempenho do Fornecedor por Contratação (IDF-C), a CONTRATADA obterá os seguintes conceitos:

- a) “A”, se o seu aproveitamento for maior que 90% (noventa por cento);
- b) “B”, se o seu aproveitamento for maior que 70% (setenta por cento) e menor ou igual a 90% (noventa por cento); ou
- c) “C”, se o seu aproveitamento for menor ou igual a 70% (setenta por cento).

II - A CONTRATANTE poderá adotar as seguintes ações, conforme o conceito obtido pela CONTRATADA no Indicador de Desempenho do Fornecedor por Contratação (IDF-C), nos termos do inciso anterior:

- a) Conceito “A”: avaliar a possibilidade de gerar atestado de capacidade técnica;
- b) Conceito “B”: notificar a CONTRATADA para correção da(s) falta(s) e/ou realizar reuniões com a CONTRATADA para analisar as causas do baixo desempenho, bem como solicitar que a CONTRATADA elabore proposta de plano de ação corretivo para validação da CONTRATANTE; e
- c) Conceito “C”: além das medidas previstas no conceito “B”, avaliar a possibilidade de abertura de processo administrativo punitivo para aplicação das sanções dispostas no item 17 do Edital.

III - A CONTRATANTE poderá adotar as ações previstas na alínea “b” do inciso anterior caso a CONTRATADA obtenha pontuação igual ou abaixo de 90% (noventa por cento) em 1 (uma) avaliação referente ao índice de desempenho do fornecedor por entrega (IDF-E).

IV - A CONTRATANTE poderá adotar as ações previstas na alínea “c” do inciso II deste item 3 caso a CONTRATADA obtenha pontuação igual ou abaixo de 90% (noventa por cento) em 2 (duas) avaliações, consecutivas ou não, referentes ao índice de desempenho do fornecedor por entrega (IDF-E).

V - O disposto neste Anexo V não exclui a notificação ou a aplicação de sanções administrativas à CONTRATADA nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Estadual nº 13.994/2001, Lei Estadual nº 14.167/2002 e Decreto Estadual nº 45.902/2012, bem como as dispostas no item 17 do Edital.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**ANEXO VI - MINUTA DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**

**Autorização de Fornecimento:** Nº [REDAZIDA]

**Processo:** [REDAZIDA]

**Procedimento de Contratação:** [REDAZIDA]

**Órgão ou entidade:** [REDAZIDA]

**CNPJ:** [REDAZIDA]

**Unidade de Compra:** [REDAZIDA]

**Dados do empenho**

Nº e ano do empenho	Data do empenho	Unid. Contábil/executora	Unid. Orçamentária	Nº do contrato ou instrumento equivalente

**Elemento-Item de despesa:** [REDAZIDA]

**Fornecedor: CNPJ:** [REDAZIDA]

**Razão Social:** [REDAZIDA]

**Endereço:** [REDAZIDA] (endereço completo)

**Telefones:** [REDAZIDA]

**Banco:** Nº Banco [REDAZIDA] – Nome do Banco [REDAZIDA]

**Agência:** [REDAZIDA]

**Conta Corrente:** [REDAZIDA]

**Unidade de Pedido:** [REDAZIDA]

**Endereço de Entrega:** [REDAZIDA]

**Item de Material:** [REDAZIDA]

**Especificação:** [REDAZIDA]

**Demais informações necessárias para contratação:** [REDAZIDA]

Unid. aquisição / fornecimento	Prazo de Entrega (dias)	Garantia (meses)	Marc a	Mode lo	Frequênc ia De Entrega	Qt d.	Valor unitário (R\$)	Valo r Total (R\$)



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**Valor Total da Autorização:** R\$ [ ] (Valor total por extenso)

**Valor da Operação:** [ ]

.....  
SENHOR FORNCEDOR, não emitir cobrança bancária. Os nossos pagamentos são efetuados através de ordem de pagamento direto para sua conta corrente.

**CONDIÇÕES GERAIS**

---

**As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:**

---

**Nome:** [ ]

**CNPJ:** [ ]

**Telefones:** [ ] ou [ ]

**Endereço:** [ ] (endereço completo)

**Observações:**  
[ ]

**BH,** \_\_\_\_\_ **de** \_\_\_\_\_ **de** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**Aprovação pela Unidade Responsável**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Fornecedor**

**Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**ANEXO VII- MINUTA DE TERMO DE ADESÃO PARA EVENTUAIS  
ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 346/2014**

TERMO DE ADESÃO
Termo de Adesão que entre si celebram o CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – CSC/SEPLAG, na qualidade de Órgão Gerenciador e o(a) _____, como Órgão Não-Participante, para fins de participação no Registro de preços N.º 346/2014 para aquisição de webcam.
Por este termo de Adesão, o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) _____ concorda com os termos do Registro de Preços n.º 346/2014 promovido pelo CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – CSC/SEPLAG, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, neste ato representada pela Sra. _____, conforme previsto no Decreto Estadual n.º 46.311, de 16 de setembro de 2013, cuja descrição encontra-se na planilha a seguir.

LOTE _____						
ITENS ADERIDOS						
Seqüência	Código Item Material/Serviço	Descrição do Item	Unidade de Aquisição	Local	Periodicidade	Quantidade e Solicitada
1						

Belo Horizonte,                      de                      de

\_\_\_\_\_  
Representante do Órgão Gerenciador

\_\_\_\_\_  
Representante do Órgão Não-  
Participante